SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Rede Brasil Atual

Sem regulamentação do Marco Civil, operadoras podem aproveitar brechas

Para sociólogo Sérgio Amadeu, apesar de nova legislação fechar o cerco contra possibilidades de quebra da neutralidade, empresas ainda querem transformar web 'em uma rede de TV a cabo'.

São Paulo – O Ministério da Justiça abriu na quarta-feira (28) um importante debate público, para que a sociedade civil discuta e influencie na elaboração do decreto da Presidência da República que vai regulamentar o Marco Civil da Internet.

Sancionada em abril do ano passado, a Lei 12.965/2014 foi elogiada por especialistas como exemplo a ser seguido, em termos de cidadania, a ponto de Tim Berners-Lee, o cientista britânico considerado inventor ou um dos inventores da internet, ter declarado que a legislação brasileira "ajudará a iluminar uma nova era na qual os direitos dos cidadãos serão protegidos por leis digitais".

Para o sociólogo Sérgio Amadeu, embora a lei brasileira tenha garantido direitos indiscutíveis, a regulamentação, e mais ainda, a participação da sociedade civil no debate, é importante para consolidar, principalmente, o chamado princípio da neutralidade, a garantia de que os conteúdos da internet sejam acessados por todas as pessoas em igualdade de condições. Sem ela, as empresas fornecedoras do serviço poderiam impor restrições de preços por pacotes, como ocorre hoje com as TVs a cabo.

Sérgio Amadeu concedeu a seguinte entrevista à RBA, sobre a regulamentação do Marco Civil e neutralidade da rede.

Apesar do Marco Civil, como as empresas operadoras podem usar brechas e ameaçar a neutralidade da rede?

Toda vez que interferem no fluxo de informação da rede, impedindo que a pessoa acesse uma aplicação, um serviço da internet, por não estar num determinado plano; ou toda vez que não permitem o acesso à internet universal ou permitem apenas parcialmente. Toda vez que bloqueiam o fluxo de informação, deixa-se de ser neutro em relação a esse fluxo. As operadoras querem fazer planos não só de diferentes velocidades, mas querem ter o poder de vender serviços específicos quebrando o acesso universal à internet. Por isso, talvez a imagem mais interessante seja: eles querem transformar a internet numa grande rede de TV a cabo.

Isso ainda acontece, atualmente?

Isso está difícil (com o Marco Civil), mas o que acontece atualmente é o seguinte: para poder combater o princípio da neutralidade, as operadoras passaram a fazer acordo com empresas, como por exemplo o Facebook, e aí dão acesso gratuito só ao Facebook. De certa maneira, isso é uma interferência, dando uma prioridade de tráfego ao Facebook dentro da sua rede. Há uma discussão de que isso seria uma quebra da neutralidade.

O problema é que grandes corporações como Google, Facebook, Apple, MSN podem fazer acordos e ter todos os privilégios de tráfego da rede, sendo que nós, os sites que não têm tanto poder econômico, blogueiros ou sites de comércio eletrônico, vão ficar espremidos nas redes dessas operadoras por não terem feito acordos de privilégio de tráfego. Ou seja, vamos estar numa via esburacada, enquanto outros vão estar numa via expressa.

Impedir a quebra de neutralidade evita acordos comerciais que privilegiem o acesso maior de uns e não de outros.

Mesmo a lei sendo praticamente autoaplicável, a regulamentação é essencial?

Tem de fazer a regulamentação, porque, por exemplo, tem um ponto no Marco Civil em que só será aceita a quebra de neutralidade para manter a qualidade técnica da rede. Em nome da qualidade técnica, as operadoras podem dizer que têm muita gente que entra no horário das 5 horas da tarde, por exemplo, e precisa interferir em algumas aplicações nesse horário para permitir que a rede funcione bem.

Mas aí tem um erro, porque o empresário está ofertando banda larga numa região onde ele já sabe que tem de ofertar esse serviço com acesso universal e de qualidade aos consumidores. Não podemos beneficiar o empresário que não quer investir em infraestrutura e jogar todo mundo numa via estreita, congestionar o tráfego, a rede. A gente até aceita um grau de variação, na velocidade, uma vez que, se as pessoas entram muito num determinado horário, a gente pode entender que tenha uma queda de velocidade. Até sei disso, mas isso não é argumento para que as sete da noite ninguém possa usar Torrent, os vídeos... Ou então o contrário, que se detonem as aplicações só para privilegiar o uso do vídeo.

A falta de regulamentação da lei até agora está prejudicando muito ou pouco?

A lei está clara: não pode ter quebra de neutralidade. Se alguém quebra e se qualquer cidadão denunciar à Anatel e ao Ministério Público, a autoridade vai poder constatar se houve quebra ou não da neutralidade. Se teve, e a operadora alega motivos técnicos, aí sim, faria falta o regulamento, para esclarecer isso. Mas, se ela fez um modelo de negócio, por exemplo, isso já é ilegal hoje. A lei já diz que não pode ter quebra de neutralidade por modelos de negócio.

O debate público então é importante...

Sabe por que é importante? Por que, do contrário, você poderia fazer um regulamento só por gestores técnicos do governo e que seria mais suscetível à pressão de grandes corporações. Então, no regulamento, no detalhamento do marco civil, poderiam ser pressionados a fazer verdadeiros recuos. O regulamento poderia prejudicar o espírito da lei aprovada. Temos um tempo a partir de agora para oferecer sugestões e é importante a participação de todo mundo.

A regulamentação precisa ser feita porque do contrário, se lançar um regulamento que deixa dúbia a possibilidade de quebrar a neutralidade por motivo técnico, algumas dessas corporações farão a quebra, porque pode compensar economicamente. Ao invés de ampliar a infraestrutura, vão quebrando a neutralidade enquanto a pressão dos consumidores não é grande.

Vão quebrando tecnicamente.

Tecnicamente. Por isso temos que garantir que a lei seja regulamentada, detalhada, dizendo "somente nesses casos" posso ter a quebra da neutralidade.

Em que casos é admissível a quebra?

O país tem de apostar numa grande infraestrutura para a sociedade da informação. Então, não vejo nenhum motivo que justifique a quebra da neutralidade. O motivo que vejo é que foi feita uma privatização no Brasil, não foram feitas cobranças adequadas a essas operadoras. A banda larga, por exemplo, não é um serviço prestado em regime público, portanto não tem meta de universalização e não é considerado serviço essencial. Isso temos de garantir. Se a infraestrutura for adequada, a quebra de neutralidade não se justifica.

Se o prestador dos serviços de telecom tem uma infraestrutura adequada, atendendo ao crescimento constante de tráfego de dados que vivemos no mundo atual, ele não tem necessidade de quebrar a neutralidade.

Mas as operadoras, essas grandes corporações, querem adiar os planos de investimentos e criam outros modelos de negócios para aumentar a lucratividade. E quem é prejudicado é o cidadão que perde a universalidade da rede e a qualidade. É engraçado: se você criar um site que tem muito acesso, você foi bem sucedido, certo? Só que a operadora diz que você está concentrando tráfego, e portanto deveria pagar mais (risos). Mas espera aí, todos nós já estamos pagando. O cidadão paga pela conexão em casa, você paga para ser acessado, no local onde se hospeda o seu servidor, então está todo mundo pagando. Por que a operadora quer que você pague a mais? Ela quer discutir para onde vai o tráfego de dados, a opção das pessoas. Isso é inadmissível.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Instituto Telecom

Banda larga fixa: Vivo, com GVT, passa a Oi e acirra briga com a rival Telmex

O Brasil somou 23,97 milhões de acessos de banda larga fixa em dezembro de 2014 - crescimento 8,03% em relação a dezembro de 2013. Ao longo do ano, sustenta dados divulgados nesta segunda-feira, 02/02, pela Anatel, de janeiro a dezembro de 2014, o crescimento foi 7,13%. No décimo segundo mês do ano, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) estava presente em 36,51% dos domicílios.

A tecnologia XDSL segue dominando os acessos de banda larga fixa, com 55,18%. O cable modem desponta na segunda posição com 31,55%. A fibra óptica cresce de forma bem lenta no país e fechou 2014 com 3,95%. Em janeiro, respondia por 3,13%. No ranking nacional, o grupo Telmex, que reúne Claro, Embratel e NET, fica com a primeira posição com 7.522.921 milhões de acessos. A Oi fica na segunda posição com 6.533.748 milhões de acessos.

A Vivo/Telefonica fica na terceira posição com 4.102.135 de acessos ativos. A GVT, incorporada pela Telefonica, aparece na quarta posição com 2.946.773. Somadas, Vivo/Telefonica e GVT ficam com 7.048.908 acessos ativos e superam a Oi. Mais que isso encostam na líder Telmex. A diferença entre as rivais ficaria em 474.013 mil acessos. A Live TIM fechou 2014 com 152.976, segundo os dados da Anatel. Os dados completos sobre a banda larga fixa podem ser lidos aqui.

02/02/2015 - Teletime

Telebras investiu R$ 839,6 milhões em 2014, 86,4% do previsto no orçamento de 2014

A Telebras aplicou, em 2014, R$ 839,6 milhões que representa 86,4% dos investimentos previstos no ano para a estatal, de um total de R$ 971,3 milhões. Os números foram publicados no Diário Oficial da União desta segunda-feira (2) e o Ministério do Planejamento aponta o bom desempenho da empresa, que gastou acima da média geral de investimentos das 68 estatais, que é de 86%.

No entanto, a Telebras cancelou investimentos da ordem de R$ 61,5 milhões, valor acima da suplementação de verbas de R$ 41,7 milhões aprovada para a empresa. Ou seja, além de não usar o reforço de caixa, a estatal cancelou R$ 19,7 milhões do orçamento anual.

De acordo com o Ministério do Planejamento, a dotação consolidada para o orçamento de investimento de 2014 foi de R$ 105,6 bilhões que significou redução de 14,2% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2013 e de 6,9% sobre o montante realizado naquele exercício. Porém, esse orçamento teve sua dotação alterada para R$ 111,2 bilhões, que foram usados para a execução de obras e serviços em 320 projetos e 268 atividades.

O Ministério das Comunicações, que teve a dotação de R$ 1,7 bilhão para investimentos, aplicou 78,4% desse total, obtendo o terceiro lugar entre os ministérios que mais cumpriram a programação do orçamento, proporcionalmente. Uma boa execução orçamentária facilita a aprovação de futuros orçamentos.

Além dos investimentos da Telebras, os Correios e Telégrafos gastaram R$ 551,1 milhões dos R$ 800 milhões previstos na LOA, com desempenho de 68,9%. Os investimentos do setor estatal de comunicações representam apenas 1,6% do total.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Telesíntese

Nextel pode ter que pagar por diferença de espectro na migração para o celular

A decisão sobre a migração do serviço de trunking para o celular da operadora deve ser votada esta semana pelo Conselho Diretor da Anatel. A proposta final da área técnica é bem diferente à que foi lançada para consulta pública, pois prevê um desembolso pelo espectro de 800 MHz por parte da Nextel, Na proposta submetida à consulta pública, a empresa poderia usar esta faixa sem pagar nada no SMP.

A pauta da reunião do conselho diretor da Anatel desta semana, dia 5 de fevereiro, traz para a decisão um tema que provocou muita reação das operadoras de celular aqui instaladas. Trata-se da proposta de migração do atual serviço de trunking – rádio--despacho – da Nextel para o SMP –serviço móvel pessoal.

Esta proposta conta com o apoio explícito da empresa interessada, que de fato não tem mais nada o que fazer com o trunking. A tecnologia de rádio, se era um importante diferencial na telefonia móvel analógica, não conseguiu acompanhar as evoluções da tecnologia digital do celular e acabou descontinuada.

Se havia vantagens assimétricas em favor do trunking da Nextel – como regra e valores diferentes de tarifa de interconexão, menos obrigações de atendimento, metas menos rígidas de qualidade – havia também uma limitação à sua venda, que para os dias atuais acabou prejudicando a empresa.

Esta limitação referia-se à venda dos planos, que teriam que estar restritos "a um grupo determinado de usuários". Se no início da prestação do serviço esta restrição não trazia problema, pois a operadora vendia só para o mercado corporativo, no final, acabou sendo um entrave regulatório, visto que a empresa precisava vender também para usuário final, pessoa física, e ficava difícil e convencer que a torcida do Flamengo, por exemplo, era um grupo determinado de usuários. Por isto a migração para o novo- velho serviço de celular.

Mas o problema que causou muito frisson entre os demais investidores é que na proposta à consulta pública formulada pela Anatel, a sua migração estava prevista sem ônus pelo pagamento da frequência de 850 MHz. Ora, as três operadoras que acabaram de dar um cheque de R$ 5 bi ao governo pela faixa de 700 MHz para ocupá-la somente dentro de três anos, não estavam nada satisfeitas em ver uma concorrente se fortalecer sem precisar pagar pelo bem mais precioso – que é o espectro –.

A área técnica da Anatel de fato entendeu que, embora a operadora vá ter mais ônus e obrigações para migrar para o SMP – nada que ela não conheça, quando comprou a faixa de 3G , de 1,8 GHz a banda H, em 2010 – não faz sentido a empresa não pagar pelo novo uso da faixa de 800 MHz, onde está o seu trunking.

Assim, a proposta é que a empresa pague para usar a frequência pela diferença do serviço prestado. O valor não deverá ser estabelecido na reunião desta semana, mas apenas o princípio votado, cabendo à área técnica fazer as contas mais tarde.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Blog do Miro

Petrobras, Sabesp e a mídia seletiva

Um amigo meu pergunta no Facebook: "O que a Dilma quer? Convencer todo mundo de que a Petrobras tem que ser privatizada?"

Entrei na conversa.

"Acho que a pergunta certa é: o que a mídia quer com esse bombardeio? Compare com a Sabesp, que está prestes a deixar os paulistanos sem água para dar descarga e ninguém fala nada."

A Petrobras, para os conservadores, deixou de ser uma empresa petrolífera. Ela se transformou no caminho mais curto para ataques a Dilma e ao PT.

É para isso que a Petrobras serve, hoje: é um instrumento para desestabilizar o governo petista.

Os fatos são minuciosamente escolhidos e manipulados.

Companhias gigantes com ações nas bolsas oscilam extraordinariamente de valor, em certas circunstâncias.

O petróleo enfrenta uma situação particularmente complicada: há um excesso de oferta.

Os preços desabaram.

Os países produtores, agrupados na OPEP, decidiram, até aqui, não responder ao problema com o mecanismo clássico de redução da oferta.

Dentro desse horizonte, todas as empresas do ramo sofrem.

Seu produto vale menos, e consequentemente suas ações também.

Este é o drama real da Petrobras – e de todas as empresas que produzem petróleo.

Todas elas valem menos agora do que valiem antes da recente crise petrolífera. São oscilações de bilhões de dólares.

Normalizada a situação, com o petróleo voltando aos patamares habituais, o valor das empresas oscilará positivamente em vários bilhões de dólares.

Por isso, não adianta você pegar um quadro atípico para tirar conclusões.

Mas é o que a mídia faz, não com o intuito de "salvar a Petrobras", mas para afundar o PT.

Por mais doída e constrangedora que seja, a questão da corrupção responde apenas por uma parte mínima da perda de valor das ações da Petrobras.

Quando o mercado se normalizar, a Petrobras voltará a valer o que valia antes, bem como todas as corporações do ramo.

A diferença é que o processo de valorização não será notícia.

A Petrobras é sólida o bastante para enfrentar intempéries.

O barulho incessante em torno dela contrasta com o silêncio obsequioso em relação à Sabesp.

O cidadão não é diretamente afetado pela alta ou baixa do petróleo. Mas quando uma empresa que deveria fornecer água entra em colapso, aí sim você tem uma situação de calamidade.

É a escola que pode parar de funcionar. É o banho que pode deixar de ser tomado. É a empresa que pode carecer de água para funcionar.

O drama vinha vindo, sabe-se hoje. No entanto, não foram tomadas providências que reduziriam as ameaças que pairam agora sobre os paulistas.

O motivo da inação criminosa chama-se eleição.

Alckmin não queria correr o risco de perder votos caso houvesse algum tipo de corte na água da população.

Depois, a conta viria, como veio. Mas aí as eleições já teriam passado.

Em nenhum momento a imprensa, ao longo da campanha, cobrou de Alckmin atitudes de interesse público.

A explicação benevolente para isso é que a mídia não tinha noção da gravidade das coisas.

Aí seria um caso de inépcia monumental.

A explicação mais provável é que a imprensa não estava interessada em aprofundar um assunto que poderia custar o cargo do amigo Alckmin.

E assim chegamos ao que estamos vendo agora.

Todos os holofotes se concentram na Petrobras, para a qual tudo se normalizará assim que os preços do petróleo no mercado mundial se restabelecerem.

Enquanto isso, a Sabesp de Alckmin é uma nota de rodapé – ainda que possa faltar aos paulistas água para dar descarga.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Convergência Digital - 30/01/2015

Berzoini mergulha no processo de consolidação do setor de Telecom

O novo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoni, não se pronunciou oficialmente ainda sobre a sua visão para o mercado de Telecomunicações no Brasil. Tem preferido falar sobre a Regulação de Mídia, um dos projetos incubidos para a sua pasta no segundo governo Dilma. As teles pouco tiveram referência nas aparições públicas de Berzoini, mas elas já se movimentam para mostrar seus planos ao Governo.

A consolidação das empresas - que volta à mesa por conta da aprovação da venda dos ativos da PT pela Oi à francesa Altice por 7,4 bilhões de euros - não parece preocupar ao governo. De acordo com fontes da agência Reuters - e confirmando a política já adotada pelo ex-ministro, Paulo Bernardo - 'não há a intenção de intervenção oficial nas negociações entre as empresas privadas'.

O primeiro presidente a ser recebido por Berzoni foi o da Vivo/Telefônica, Antonio Carlos Valente. O executivo reportou os planos da operadora, que esse ano, além dos investimentos em 3G e 4G, também vai ficar mobilizada com a integração da GVT, cuja anuência prévia saiu, oficialmente, agora, no fim de janeiro.

E nesta quinta-feira, 29, os presidentes da Oi, Bayard Gontijo, e da TIM, Rodrigo Abreu, que levou o CEO da Telecom Italia, Marco Patuano, também tiveram audiências - separadas - com Berzoni. São as duas operadoras que estão mais envolvidas no processo de consolidação. A Oi quer comprar a TIM, mas a TIM também estaria atenta à possibilidade de incorporar a Oi.

Para Berzoni, o presidente da Oi - que recém-passou pelo turbilhão da venda dos ativos da PT para a francesa Altice - sustentou que a casa está 'sendo arrumada' e que um plano classificado como 'desafiador' foi elaborado para 2015. Já Marco Patuano, presidente da Telecom Italia, dona da TIM, sustentou que aumentará os investimentos no país.

"Nos próximos anos nós vamos ter um diferente padrão de investimentos, mais investimentos nas redes móveis de 3G e 4G, números que vamos anunciar em 20 de fevereiro, mas serão números significativos maiores que em 2014", disse. Patuno confirmou que nos mercados internacionais há muita discussão sobre a situação macroeconômica do Brasil, mas que isso não preocupa os investidores de longo prazo.

"Isso não é um problema para investidores em infraestrutura como somos nós e vamos aumentar os investimentos, então a nossa confiança no país continua muito grande", disse. "Estamos num momento mágico, os interesses da companhia e do país são iguais", completou. Nenhum dos dois executivos assumiu, no entanto, terem falado sobre a consolidação de empresas com o governo. E o governo, oficialmente, também não quer tocar no assunto, que certamente mobilizará os bastidores e os negócios na área.

Do ponto de vista financeiro, 2015 promete, realmente, desafiar as operadoras. Para a IDC, o serviço 4G vai chegar a 11 milhões de assinantes, um pulo relevante para o serviço. A consultoria Também estimou que a receita com dados móveis crescerá 16,2%, compensando a queda de -1,7% com serviços de voz fixa.

Mas as teles móveis terão de investir para usar a faixa de 700 Mhz e há uma batalha nos bastidores para tentar antecipar a liberação da parte da faixa para o começo de 2016, principalmente, no Rio de Janeiro, por conta das Olimpíadas, que começa no dia 05 de agosto. A Anatel, responsável pelo grupo de Trabalho da TV Digital, é cautelosa e diz que o tempo é 'muito curto' para a migração e não prevê antecipação de prazos.

O mercado brasileiro de tecnologia da informação e telecomunicações (TIC), apesar do ano 'complicado', manterá a tendência de 2014 e vai crescer bem acima do PIB do País em 2015, estima ainda a IDC, mas ficará abaixo do ano passado e não deverá, mais uma vez, atingir dois dígitos, como ocorreu até 2013. A consultoria projeta receitas de US$ 165,6 bilhões, 5% maior que no ano passado. A consultoria ainda não fechou os números de 2014, mas acredita que a expansão ficará entre 7% e 8%.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Portal Vermelho

Petrobras bate novo recorde na produção de derivados em 2014

A Petrobras fechou 2014 batendo um novo recorde na produção de derivados de petróleo nas refinarias do país, com uma produção 2,17 milhões de barris de petróleo por dia – volume que supera em 45 mil barris de petróleo/dia o recorde anterior, de 2013. Esse é o sexto recorde anual seguido, o que demonstra, segundo nota divulgada pela estatal nesta madrugada, "o crescimento da produção de derivados em patamares sustentáveis".

O aumento e os recordes ocorreram em diversos dos produtos refinados pela empresa, inclusive os mais consumidos pelo mercado, como a gasolina, o diesel e o querosene. As informações indicam que, em 2014, a produção de óleo diesel, combustível com alta demanda no setor de transporte rodoviário, totalizou 311 milhões de barris. Isso proporcionou um acréscimo de 1 milhão de barris em relação a 2013.

O início de operação das unidades de tratamento de diesel da Refinaria de Paulínia (Replan-SP), em novembro de 2013, da Refinaria Gabriel Passos (Regap–MG), em janeiro de 2014, e da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap-RS), em setembro de 2014, contribuíram para o aumento da produção.

Responsáveis por 72,3% da produção de diesel, seis das refinarias que compõem o parque nacional de refino encerraram o ano passado com produção recorde em relação a 2013, a partir da maior utilização das unidades de destilação e de hidrotratamento: Replan, Refinaria Landulpho Alves (RLAM– BA), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar–PR), Refinaria Presidente Bernardes (RPBC-SP), Refinaria Henrique Lage (Revap–SP) e Refinaria de Capuava (Recap–SP).

Já a produção de gasolina, outro produto com crescente demanda no mercado, mesmo tendo passado em janeiro de 2014 a ser comercializada com baixo teor de enxofre – 50 partes por milhão –, também obteve recorde anual. A produção do derivado totalizou 180 milhões de barris, com acréscimo de 1 milhão de barris em relação a 2013. O crescimento foi alcançado com a maior utilização das unidades de craqueamento (processo utilizado para transformar óleos pesados em derivados de petróleo mais nobres). Quatro refinarias obtiveram maiores níveis de produção anual e contribuíram significativamente para esse resultado, respondendo por 34,4% do volume de gasolina: RLAM, Refap, Regap e Recap.

A produção de querosene totalizou 38 milhões de barris em 2014, representando um acréscimo de 3 milhões de barris em relação a 2013. A marca alcançada é resultado da otimização dos processos produtivos, do aproveitamento de sinergias entre as refinarias e da redistribuição de mercados entre os polos supridores, informou a Petrobras. Cinco refinarias alcançaram recorde anual, respondendo por 56,6% da produção de querosene: Refinaria Duque de Caxias (Reduc), Replan, Regap, Repar, além da Refinaria Isaac Sabbá (Reman–AM).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/02/2015 - Correio do Brasil

Indústria cresce em janeiro ao ritmo mais forte em 1 ano, mostra PMI

O setor industrial brasileiro iniciou 2015 com sinais de alguma força ao crescer em janeiro ao ritmo mais forte em um ano, com os volumes de produção e novos pedidos aumentando de forma simultânea pela primeira vez em dez meses, apontou o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta segunda-feira.

O PMI apurado pelo Markit subiu a 50,7 em janeiro ante 50,2 em dezembro, nível mais alto desde que atingiu 50,8 em janeiro de 2014, e acima da marca de 50 que separa crescimento de contração pelo segundo mês seguido.

Entretanto, o Markit ressaltou que a melhora foi "modesta e ficou abaixo da média de longo prazo", com o nível de empregos mantendo-se basicamente inalterado em janeiro.

A categoria de bens de consumo, a de melhor desempenho geral entre as três pesquisadas, foi a única a relatar criação de empregos no mês.

O volume de novos pedidos recebidos pelo setor industrial como um todo em janeiro aumentou pelo segundo mês seguido, atingido o ritmo mais rápido em um ano, porém de forma moderada. Os pedidos do exterior também aumentaram pela segunda vez consecutiva.

O resultado disso foi o aumento da produção em janeiro, interrompendo quatro meses de contração com a taxa de crescimento mais forte desde dezembro de 2013. O destaque também foi a categoria de bens de consumo.

A entrada de novos pedidos e o aumento da produção levaram as indústrias a aumentarem as compras em janeiro, mas diante da taxa de inflação mais forte de insumos em dez meses por causa da valorização do dólar, elas optaram por usar mais os seus estoques de pré-produção e de produtos acabados.

A indústria tem se mostrado um dos principais pontos fracos da economia brasileira, e a contração da produção em 2014 é dada como certa há tempos. Em novembro, último dado disponibilizado pelo IBGE, a produção recuou 0,7%, com desempenho pífio em todas as categorias.

O setor vem encontrando dificuldades para deslanchar diante da inflação e juros elevados, mas assim como o PMI indicou alguma melhora, a confiança da indústria iniciou 2015 com alta de 1,9%, chegando ao maior nível desde junho, de acordo com a Fundação Getulio Vargas (FGV).